

# Resenha



## Tráfico e Gênero na trajetória de brasileiras no exterior

SANTOS, Ebe Campinha dos. **Tráfico e Gênero na trajetória de brasileiras no exterior**. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2016. 192 p.

Por Glauber Lucas Ceara-Silva<sup>1</sup>

Os desafios expostos à classe trabalhadora vêm colocando em cena a agudização das tensões sociais, num desenho societário cada vez mais flexível para o acesso aos direitos e à liberdade, e mais rígido para a maximização da subordinação dos sujeitos aos ditames do capital. A mudança no modo de se pensar a autonomia no transitar pelas fronteiras – que historicamente é um fenômeno nascente entre os séculos XIX e XX, refletindo as mudanças no tratamento de identificação e pertencimento dos sujeitos aos lugares nos quais vivenciam – tem sido uma das formas da burguesia em operacionalizar formas de subjetivação controladoras, ensejando práticas de “defesa nacional”, que “emergem” como “apoio” para as políticas migratórias.

Esse processo reflete como a burguesia dinamita os laços próprios das relações humanas, na promoção de um individualismo, no qual o Estado rasga o caráter social delas; entretanto, como Marx (1986) recorda, é, justamente, nessa configuração, que nos colocamos mais conectados, reafirmando a potencialidade da classe trabalhadora – dada a interligação que a esfera do capital necessita para a sua manutenção. Assim, diante de tais condicionantes, o fenômeno migratório pode ser indicado como uma das expressões da ‘questão social’.

Netto (2006) argumenta que o serviço social é uma profissão que utiliza ferramentas de outras áreas de saber para a análise da realidade. Mesmo assim não se torna invalidada para a produção de conhecimento. As contribuições da área, outrossim, têm sido usadas e encaradas como modelos concisos, possibilitando frutíferos embasamentos para a realidade em diversas frentes de atuação. Nessa esteira, o livro almeja desmistificar a questão migratória. Ao utilizar uma perspectiva interseccional, considera o gênero e a raça como fatores presentes do fenômeno no atual desenvolvimento do capital. Como a questão migratória é uma das expressões da ‘questão social’, ele procura articular novos saberes para fazer frente aos desafios impostos pela temática.

O livro é fruto da tese de doutorado, defendida em 2012, e busca o entendimento da produção do discurso sobre o tráfico – principalmente internacional – de pessoas. Estruturado em quatro capítulos, realiza o resgate das transformações que a questão da migração e do tráfico de pessoas apresentou a partir do século XIX, e como os Estados e organizações internacionais lidaram com a temática. Considera como o caldo moral, social e político influenciou o desenvolvimento no tratamento da questão, e seus rebatimentos no Brasil, tendo, ao final do estudo, a realização de entrevistas junto a cinco brasileiras que viveram a situação de tráfico – não exclusivamente voltada para a prostituição, mas carregada de múltiplas problemáticas.

No desenvolvimento teórico é revelado o caráter patriarcal subjacente nas ações de combate e enfrentamento do tráfico de pessoas, que no caso das mulheres, ainda é permeado de uma moralidade específica: está ligado exclusivamente para fins de exploração sexual – não o compreendendo como uma violação aos direitos humanos que envolve outras questões que escapam à “tipologia convencional”. Essa lógica moralista promove o engajamento de combate por um viés punitivista, que tende a criminalizar certos sujeitos e a desmerecer as vítimas – desconsiderando a autonomia e volição delas. Assim, as mulheres têm seus corpos “protegidos” e tutelados pelos Estados, fazendo da migração o problema, desconsiderando que o tráfico surge, justamente, por questões estruturais.

O capítulo primeiro evidencia o surgimento do tráfico historicamente, como uma questão a ser tratada governamentalmente. Segundo o estudo, o tráfico de pessoas surge com a preocupação do tráfico de mulheres brancas, decorrente das transformações sociais nos países periféricos: o envio de mulheres brancas para esses lugares era carregado de um viés higienista e “salvaguardor” da moralidade da branquitude. O deslocamento da mulher branca passa a ser mais observado e disciplinado pelos Estados, principalmente por ocorrer em um período de fervilhar das demandas feministas, que buscavam mais autonomia; como contraponto se ligou a migração feminina como a possibilidade de prostituição “revelando uma moralização da migração quando se trata do deslocamento desse grupo” (p.29) – não havendo o mesmo peso concernente ao deslocamento de mulheres de outras raças e etnias. Tal modificação só se esboça em 1949, quando o tráfico passa a ser visto como uma atividade, também, possível de acontecer com pessoas – devemos recordar a reconstrução do mundo do trabalho devido às guerras, sendo, assim, o deslocamento mais vigiado. Temos, somente, a partir do ano 2000, com o Protocolo de Palermo, uma série de dispositivos que vão compreender o tráfico como

uma questão de direitos humanos, visando o fortalecimento da ajuda e proteção da pessoa traficada. Contudo, os grupos de interesse que interferiram na constituição do documento, acabaram deixando lacunas abertas e promovendo a ambiguidade interpretativa em outros pontos, principalmente para a autonomia feminina. O consentimento ao trabalho no ramo da prostituição foi uma das tensões entre grupos feministas (regulamentaristas e abolicionistas). O capítulo ainda apresenta as contradições entre o direcionamento para o tratamento desse crime no Brasil, que ora guia-se pelo Código Penal, ora pelo Protocolo de Palermo, gerando o embate de perspectivas para questão de migração e do tráfico de pessoas.

O segundo capítulo demonstra como a questão feminista reformulou a concepção da dominação masculina, e como a diversificação do próprio movimento também proporcionou diversas maneiras de se entender tráfico de pessoas, especificamente das mulheres. O capítulo apresenta como o debate feminista, a partir de sua contribuição no debate de Gênero permitiu trazer à baila o caráter moral ainda em campanhas recentes, pois, nelas, a figura da mulher em ações antitráfico é ligada exclusivamente ao trabalho sexual – hipersexualizando a migração feminina. Esse acúmulo teórico desvelou como a mulher se coloca como meio de troca, e como quando ela se torna sujeito da ação isso configura uma ameaça ao sistema patriarcal.

O terceiro capítulo disserta sobre o fenômeno da feminização das migrações, analisando as configurações do deslocar feminino no contexto mundial, propondo repensar a migração utilizando a categoria gênero. O tráfico de pessoas é o reflexo de uma configuração societal dos novos processos produtivos e suas relações entre a articulação de exploração entre os países, tendo naqueles que apresentam largas desigualdades sociais a ação de emigração mais forte. Outro ponto tocado no capítulo é a feminização da migração como fator central na manutenção da economia familiar. As mulheres que migram tendem a contribuir na renda familiar em seus países de origem, fazendo nisto a sustentação econômica de muitas regiões. Entretanto, usando o gênero na sua perspectiva interseccional, percebe-se que as mulheres emigrantes são as que assumem postos de trabalho precarizados no país de destino, o que de certa maneira não se distancia da praxe capitalista de aumento de postos de emprego precários, que coadunado com a lógica da dominação masculina, tende a oferecer às mulheres não eurocêtricas formas mais rebaixadas de inserção no mercado. É neste capítulo que a autora realiza a diferenciação entre tráfico e contrabando, entendendo, a partir das normativas hodiernas, aquele como o uso da violência, coação, engano para a finalidade de exploração, e este como a facilitação de entrada clandestina no país de destino,

somente. Como o tráfico está no campo do engano e violência, o que é apontado é que o sujeito que foi alvo de tal crime não seja tratado como criminoso, mas que seja afirmada a efetivação dos direitos humanos.

O quarto e último capítulo explicita a pesquisa de campo, realizada na região metropolitana do Rio de Janeiro. A pesquisa se guiou por quatro diretrizes: motivação em sair, a permanência no país para o qual migrou, a decisão de retorno, e o relato sobre as vicissitudes (positivas e negativas) ocorridas nesse trajeto de vida. O método usado é o da *história de vida*, realizando uma abordagem sem a rigidez gélida da ciência, mas não sem o rigor de uma pesquisa. Assim, a migração, de acordo com a narrativa das entrevistadas, ocorre como uma maneira de resignificar a vida – seja profissional ou afetivamente. Reforça-se assim a necessidade de cuidado com as pessoas que são alvo de situação de tráfico. As mulheres entrevistadas, em grande parte, receberam algum tipo de auxílio de seus próximos, ou foram convidadas a irem para o país estrangeiro. A autora sinaliza o contraste entre as redes de apoio que as pessoas traficadas fazem e encontram para sair dessa situação e a forma como o Estado se coloca apenas como fiscalizador da situação irregular do sujeito. Os casos apresentados pelas entrevistadas demonstram que o tráfico ocorre por diversos meios, não somente sexualizadores, mas também de violência doméstica e falsa esperança de melhores oportunidades de trabalho- ou seja, o tráfico é carregado de uma conotação sexual e moral muitas vezes. O que se necessita é vê-lo como uma oportunidade de se repensar modos coletivos de agregação à comunidade mundial.

## Referências

NETTO, J P. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social**. In: MOTA, A. E. et al. (Orgs.). **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

MARX, K. **Para a Crítica da economia política**, 2ª Ed. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

## Nota

1 Assistente Social. Mestre em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Email: gllucesi@gmail.com

**Artigo recebido em março de 2017 e aceito para publicação em maio de 2017.**